

A RELAÇÃO PRODUTIVA ENTRE RESISTÊNCIA E PODER A PARTIR DO ENCONTRO DO MÉTODO FOUCAULTIANO COM A PERSPECTIVA OPERAÍSTA.

Matteo Allegrezza¹

1. Introdução

O objetivo desse trabalho é pôr em diálogo as teses de Foucault e do operaísmo italiano dos anos 1960-1970, para investigar como a relação entre antagonismo e poder, insurgência e contrainsurgência é uma relação produtiva. Uma relação cíclica onde, porém, a resistência, paradoxalmente, está em uma posição de anterioridade respeito ao poder, que está sempre em uma postura de alerta e reativa. Por isso que a resistência é o motor dessa dinâmica cíclica de onde nascem sempre novos dispositivos que permitem, renovadamente, o assujeitamento e aproveitamento da sua força criativa que sempre promove a inovação das estratégias de poder, isto é, o *uso desenvolvimentista* do antagonismo. Destarte, tentaremos traçar linhas teóricas que nos permitam entender a ligação que existe entre a *governamentalidade* neoliberal e a potência produtiva da subjetividade antagonista, entrelaçando a tese de Foucault (1995; 2016), que apresenta a resistência ao poder como elemento produtivo de dispositivos, anterior e imanente às relações de poder e a perspectiva operaísta que apresenta o antagonismo da classe operária como motor do desenvolvimento capitalista. Nos parece que essa ligação esteja nas entranhas de um governo biopolítico que tenta capitalizar o antagonismo, através do mínimo da violência (circunscrita em determinados locais e camadas sociais marginais), promovendo a fusão de todos os aspectos da vida dentro da dimensão econômica da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), negando, assim, a possibilidade de emergência de outro modo de organizar a sociedade e outro modo de produzir subjetividades políticas.

2. A inversão na análise do poder: o primado da resistência e do antagonismo

Da resistência ao poder nascem novas técnicas de poder. Parece contraditório, já que o uso corrente do termo indica o contrário, isto é, a resistência é uma reação defensiva a alguém que ataca. A um primeiro olhar superficial parece que as diferentes formas de lutas reagiram às diferentes formas de opressão e controle. Mas pretendemos demonstrar que não é assim: a resistência vem antes, depois chegam as contramedidas do poder. Seria linguisticamente de mais direito entendimento se falássemos em termos de *insurgência* e *contrainsurgência*, onde é esta última a reagir a quem insurge, para melhor definir essa outra economia das relações de poder. São as revoltas e as lutas revolucionárias, as *insurgências*, que motivaram as transformações das formas de poder, as *contrainsurgências*, para constantemente reconduzi-las à ordem, ou melhor, para alimentar, dar mais força e legitimar a ordem reconstituída.

Posto isso, compreendemos o poder como:

¹ Mestrando em História pelo PPGH da UFPE; matteo.allegrezza@ufpe.br

a multiplicidade de relações de poder inerentes ao campo em que são exercidas e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e confrontos incessantes os transforma, os fortalece, os inverte; os apoios que essas relações de poder encontram umas nas outras, de modo a formar uma cadeia ou um sistema, ou, pelo contrário, as diferenças, as contradições que as isolam umas das outras. (Foucault, 2016, p. 82, *tradução nossa*).

Nesse sentido, o poder é apresentado como um campo de batalha onde relações entre forças acontecem, não é apenas um exercício de violência unilateral, onde um centro único de poder se exercita, mas uma pluralidade de disputas entre forças antagônicas entre elas, certamente, desiguais e móveis. De modo que essa dinâmica conflitual gera, transforma, produz as mesmas relações de poder e seus dispositivos, suas estratégias: é no corpo a corpo da luta política, é *dentro* das relações de poder. “Onde há poder há resistência”, por isso que a resistência ao poder “não é nunca em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 2016, p. 84, *tradução nossa*). Disto deduzimos que a parte que conquista uma posição de domínio nas relações de poder, deve se colocar sempre em relação com suas partes contrárias, os seus adversários, a parte antagonista. Assim sendo, o poder não pode existir sem resistência, isto é, seu ponto de apoio e inflexão.

Percorrendo caminhos mais marxistas e mais entranhados nos movimentos reais de contestação e auto-organização dos operários italianos dos anos 1960, os operaístas chegam a uma conclusão que nos parece complementar e igualmente contraditória, isto é, que a luta operária vem antes do comando capitalista. A resistência ao comando capitalista produz as técnicas para a sua repressão e disciplinarização, ou melhor, de sua neutralização e recondução para uma conduta produtivista e desenvolvimentista!

É a partir dessa provocação que queremos começar uma análise que toma como ponto de partida as formas de *insurgências* respeito às formas de poder para compreender o funcionamento, as técnicas e as práticas deste último, nos inspirando ao que Foucault (1995, p. 234) chamou de “uma nova economia das relações de poder”:

Ela consiste em usar esta resistência como catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias.

Seguindo a orientação de Foucault, entendemos que é a partir “do antagonismo das estratégias” que se produzem os dispositivos de poder. Por isso, é fundamental se colocar do ponto de vista da parte contraposta ao poder, desse lado que resiste às formas de assujeitamento, para compreender a partir do campo das forças em luta, isto é, o *conflito* entre partes *inimigas*, o funcionamento dos dispositivos de poder. Deste modo, pretende-se agora posicionar a análise da perspectiva do primado da resistência ao poder como produtora de outras formas de subjetividade que tentam resistir a elas. Que tipo de subjetividade? Uma subjetividade conflituosa, antagonista, contraposta ao processo de assujeitamento que precisa produzir sujeitos dóceis e conformados.

Para Foucault, “há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência

ou autoconhecimento” (Foucault, 1995, p. 235). Para tanto, temos, de um lado, o sujeito assujeitado, produzido pelos dispositivos de poder e, do outro, o sujeito que se conhece, que toma consciência de si, que se forma a partir da diferenciação com o outro e na resistência contra ele. Desse conhecimento parcial e particular, que emerge da iminência do conflito e da tomada de consciência de si, nasce uma nova subjetividade, produzida no contraste, não dada universalmente, mas que se dá na contingência do embate e em contraposição com a alteridade que se combate. Por isso, Tronti (2018, p. 10), considerado o fundador do operaísmo italiano, assevera que “o conhecimento está ligado à luta”. Contudo, a partir desse embate, potencialmente, surgem novos dispositivos que precisam se atualizar em cima das novas formas de subjetividade antagonista que resistem a eles, para continuar exercitando de modo eficaz o próprio poder, isto é, o processo de formar sujeitos - no primeiro sentido que Foucault dá a ele -, que é possível conduzi-los sem oposição, pelo contrário, com consenso voluntário.

Por essa razão, identificamos no fenômeno do operaísmo italiano a elaboração de uma filosofia política que parte da compreensão da centralidade do conflito e da subjetividade antagonista como *produção, viva, ativa*, como *potência produtiva* de formação, movimento e organização política e, por isso, responsável também pelas respostas, reações e contramedidas do poder, ou, em termos marxistas, do comando capitalista. Percebemos que a intuição de Foucault da *inversão* na análise das relações de poder, com consequências políticas práticas, estava já presente nas elaborações teóricas do operaísmo italiano:

Certamente a ideia de comando capitalista não está em Foucault, ela vem do operaísmo, trata-se da noção de antagonismo. Para os operaístas, o trabalho vivo, que é interior ao capital e antagonístico a ele, é que organiza a produção. O capital vem depois, como simples comando. No período da grande indústria o comando se exerce na fábrica, o operário é a figura do conflito. (Guazzelli, 2025, p.16)

Posto isto, o que significa passar do ponto de vista do capital e seus dispositivos de saber/poder, ao ponto de vista operário, enquanto sujeito antagonista? Também para Tronti significa operar uma inversão no nível da produção de saber, um saber que nasce do conflito aberto. É dessa forma que Tronti propõe a formulação de uma “ciência operária” contra uma “ideologia burguesa” que produziu e continua produzindo os alicerces teóricos e práticos das tecnologias do poder capitalista.

Na produção teórica operaísta, fundamental a releitura política dos *Grundrisse*, nos quais Marx (2011) ressalta, de um lado, o potencial antagonista da subjetividade da classe operária, enquanto força produtiva e destrutiva, contradição cravada no núcleo do capital e, do outro, o aspecto político do conflito, da relação recíproca e conflitual da classe operária com o capital, portanto a partir de *dentro* dele, *contra* ele, sendo, para Tronti (2018), impossível uma síntese dialética que supere essa contradição. Em aberta oposição ao método dialético do marxismo ortodoxo, esses elementos serão tomados como armas da renovação de um marxismo, italiano e internacional, não mais capaz de interpretar as transformações do capitalismo e da classe operária, fadado a posições conciliatórias e passivas diante das inovações políticas da parte oposta.

Nessa inversão de perspectiva consiste a “revolução copernicana” que opera Tronti dentro do pensamento marxista. Como fica claro no texto programático do operaismo, *Lenin na Inglaterra*, publicado na primeira edição de *Classe Operária* do 1964, Tronti (2018, p. 137, *tradução nossa*) afirma:

Nós também vimos primeiro o desenvolvimento capitalista e depois as lutas operárias. É um erro. Precisamos reverter o problema, mudar o significado, começar de novo do início: e o começo é a luta da classe operária. No nível do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista está subordinado às lutas operárias, vem depois delas e deve fazer com que o mecanismo político de sua produção corresponda a elas.

Tronti identifica na classe operária o sujeito antagonista, ou seja, um sujeito que não apenas é assujeitado pelo comando capitalista, mas, invertendo a relação, produz o seu desenvolvimento. Segundo o filósofo italiano, é apenas incorporando (objetivando) o trabalho vivo em si mesmo, que o capital se torna produtor de riqueza e é exatamente isso que a classe operária é: contradição explosiva no coração do capital, enquanto miséria absoluta, porque excluída da riqueza, e ao mesmo tempo como produtora dela ou, em outras palavras, processo de produção de capital e, ao mesmo tempo, momento de luta contra o capital, igual e contraditoriamente, força produtiva e destrutiva do capitalismo. Destarte, o poder capitalista procura fazer uso da força antagonista das lutas operárias como propulsor do seu próprio desenvolvimento, mas sem deixar que se torne autônoma em relação ao seu comando político. Na visão de Tronti, para reduzir ao mínimo a autonomia da classe operária, o capital tenta capturar o antagonismo dela dentro da esfera econômica, útil à inovação capitalista. Assim sendo, o maior risco da classe operária não é a dominação ou a exploração pelo capital, mas a neutralização do conflito. Ademais, Tronti sustenta fortemente a necessidade de um “*uso antagonista do antagonismo*” da classe operária (Toscano, 2009, p.116, *grifo no original, tradução nossa*), colocando-o em contraposição ao *uso desenvolvimentista do antagonismo*, que o capital opera quando procura submeter essa força produtiva aos próprios interesses.

Portanto, o capital precisa se reinventar continuamente para submeter essa força produtiva e impedir que se torne autônoma, isto é, destrutiva. Por essa razão, Dario Gentili (2012, p. 49, *tradução nossa*), no seu livro *Italian Theory*, se pergunta: “Por que é justamente a classe operária que representa o novo sujeito a quem confiar a instância de libertação do sistema capitalista-burguês?”. Devemos responder a partir da, há pouco mencionada, “revolução copernicana” operada por Mario Tronti, onde sustenta-se o primado da classe operária sobre o capital, portanto da sua capacidade de promover o desenvolvimento da sociedade capitalista.

A luta da classe operária forçou o capitalista a mudar a forma do seu domínio. O que significa que a pressão da força de trabalho é capaz de forçar o capital a modificar sua própria composição interna; intervém no capital como componente essencial do desenvolvimento capitalista; ela impulsiona a produção capitalista para frente a partir de dentro, até levá-la a transpassar completamente todas as relações externas da vida social. (Tronti 2018, p. 106-107, *tradução nossa*)

É a partir desse ponto de vista que, mais tarde, autores como Negri e Lazzarato (Lazzarato; Negri, 2001) chegam a afirmarem que foi a classe operária que, de fato, superou o capitalismo de tipo fordista, foram as lutas da classe

operária global que contribuíram à crise do modelo fordista de produção e organização do trabalho. Seja como produto direto das lutas, seja como reação capitalista das mesmas, aconteceu a sua superação e os dispositivos disciplinares da *governamentalidade* liberal de corte keynesiano se tornam menos eficazes. Certamente, registram também como isso foi parcial, não se concretizando a desejada libertação total do domínio capitalista. Pelo contrário, de modo coerente com a tese do primado da resistência nas relações de poder, foi justamente a luta da classe operária que deu vida, de um modo ou de outro, ao novo arranjo do sistema capitalista, o chamado pós-fordismo e sua *governamentalidade* neoliberal, caracterizada pelos *dispositivos de insegurança social*².

3. O dispositivo biopolítico da neutralização do antagonismo para a capitalização das forças produtivas imateriais do trabalho vivo

Toni Negri e Maurizio Lazzarato (2001) elaboraram o conceito de *trabalho imaterial* a partir da observação e análise das consequências sociais, políticas, econômicas e subjetivas que as lutas operárias contra o comando capitalista provocaram ao longo das décadas de 1960-1970 na Europa. Partindo de inversão de perspectiva nas relações de poder, observa-se que o próprio antagonismo operário levou a uma reconfiguração do modo de governar e organizar o emergente sujeito político, que Negri chama antes de *operário social* e depois de *multidão*, ambas ligadas a um novo modelo de produção e de organização do trabalho, que se afirma nos meados dos anos 1970, que valoriza e explora mais os aspectos imateriais da força de trabalho: a inteligência e a criatividade, a comunicação e a linguagem, os afetos e os desejos, as capacidades relacionais e cooperativas. Nos anos 1960-1970, as tentativas dos movimentos dos operários, dos estudantes e das feministas de sabotar a máquina capitalista levaram a reação do capital com a produção de uma forma de governo biopolítico que pudesse responder e capturar essas ondas de reivindicações e torná-las, novamente, energia vital a favor do capital, segundo o *uso desenvolvimentista* do antagonismo e da crise. Foi a recusa do trabalho (incluindo o trabalho doméstico invisibilizado e não remunerado) a colocar em movimento a elaboração das novas técnicas gerenciais para motivar/obrigar os trabalhadores a trabalhar segundo a lógica capitalista³. Essa é e será sempre a finalidade estratégica do capital: produzir sujeitos que se deixam submeter a um modo de trabalho fundado no mais-trabalho, criador de mais-valia, convertida em lucro.

² Os dispositivos de insegurança social “são o cerne de uma nova gestão diferencial das desigualdades”, que produz uma percepção e vivência de precariedade existencial e insegurança social “que atingem todos os segmentos da sociedade, sem distinção, e que constituem o fundamento “afetivo” do governo neoliberal das “condutas pelas desigualdades” (Lazzarato, 2011, p. 28). A produção e manutenção da desigualdade econômica é um elemento fundamental da governamentalidade neoliberal. Ela é o motor, a motivação para que os indivíduos assujeitados se conduzem escolhendo “livremente” os caminhos certos que levam até os próprios objetivos individuais, que atuam para conseguir alcançar uma melhor condição econômica pelas próprias forças, expertises, redes de contatos, habilidades, etc. adquiridos como capital humano no processo de valorização e formação de si, isto é, o processo de produção de uma subjetividade empreendedora. (Dardot; Laval, 2016).

³ Cfr. Chamayou, 2020, em particular o Capítulo 1: *Os trabalhadores indóceis* e o Capítulo 2: *Revolução gerencial*.

Contudo, depois que a resistência ao capital se tornou a recusa do trabalho industrial, disciplinado, patriarcal e hierárquico as contramedidas específicas das técnicas de governo tinham que ir, de uma lado, de encontro a essas reivindicações para não gerar ulteriores conflitos, do outro, na direção da manutenção e continuidade do sistema de exploração do mais-trabalho e da produção de lucro. Como combinar essas duas dinâmicas antagônicas em uma síntese que re-estabelecesse a ordem e continuasse o desenvolvimento do capital? É nessa conjuntura que emerge o conjunto de estratégias e práticas da governamentalidade neoliberal, enquanto nova razão do capitalismo (Dardot; Laval, 2016), que acelera o processo de subsunção real da sociedade, isto é, da subsunção da vida em geral, enquanto *bios* colocado a trabalhar segundo lógicas econômicas (Negri, 2017).

Nos cursos dedicados explicitamente à biopolítica, Foucault (2008a; 2008b) reconstrói a genealogia da racionalidade política ocidental inerente ao governo dos seres vivos, à gestão da vida.

Governo é um *modus*: a sobreposição de biopolítica com governamentalidade, realizada por Foucault nesses dois cursos basilares, não é casual nem equivocada. Ao contrário, é justamente na indagação do *modus* governamental que encontramos a relação adequada entre poder e *bios*, entre vida conduzida e que conduz, vida governada e que governa. E o *modus* revela-se do tipo estratégico, submetido a uma lógica econômica.” (Bazzicalupo, 2017, p. 54)

Ademais, sustentamos que a governamentalidade é um conjunto de dispositivos de poder que, para a própria conservação do sistema, tem também o objetivo estratégico de neutralizar o político, deslocando o conflito para o econômico, produzindo assim um sujeito facilmente governável e eliminando, portanto, o perigo da retorno ao princípio conflitual, ciclicamente gerador de renovação do organismo político.

Somente o contraste permite aquela troca sem a qual o organismo político se cristaliza na dominação de uma parte sobre a outra [...] Só a manutenção da instituição no tempo justifica o poder que a modelou, assim como a virtude da lei é confirmada pela capacidade de superar - integrando-a - a violência da qual inevitavelmente se originou (Esposito, 2013, p. 73)

Em oposição à socialização da violência, e tendo o domínio dela, a arte de governo se esquia do enfrentamento aberto das partes inimigas, para operar no plano da administração e gestão da sociedade, do controle, direcionamento e exploração das forças vitais (mentais, afetivas, criativas, cooperativas, etc.) deslocadas e concentradas para o funcionamento da economia de mercado. Em outras palavras, a governamentalidade, enquanto exercício de poder sobre os outros e através dos outros, tem como objeto de governo *a vida*, no sentido de *formas de vida* e *subjetividades* a serem produzidas e moldadas para produzir as melhores condições possíveis para a máquina capitalista funcionar.

Essa modalidade informa o poder quando ele tem a seu encargo um objeto maleável e singularizado como a vida ou as vidas. Por sua vez, esse poder modifica o seu objeto governando-o, ou seja, objetivando-o em vista de *uma subjetivação*, ao longo de um período de crescimento que possa *atender e aumentar as suas possibilidades vitais*. (Bazzicalupo, 2017, *grifos no original*, p. 54)

Contudo, introduzindo nos conceitos operativos de biopolítica e governamentalidade de Foucault os elementos do antagonismo e do conflito político, nos permite abandonar uma definição neutra e sociológica de dispositivos de poder para compreender poder e subjetividade como campos em disputa entre dominantes e dominados, que implica relações de forças que produzem as normas, os comportamentos, os modos de vida. Com efeito, a governamentalidade biopolítica neoliberal abriu um campo de disputa pela subjetividade que produziu efeitos ambivalentes, acelerando e intensificando a proliferação e a diversificação de formas de vida e de trabalho (Cocco e Cava, 2018).

Dessa forma, combinando o conceito de biopolítica com a perspectiva operaísta, produzimos uma lente específica que nos mostra, de um lado, a inversão das relações de poder, onde a subjetividade antagonista se apresenta como a potência produtiva que promove a atualização de novos dispositivos de poder e, do outro, a centralidade do trabalho, não apenas como força de trabalho, mas sim como “forma viva” e “saber geral” produtivo dos trabalhadores, não mais somente como “máquina de produção”, mas sobretudo como “corpo comum da sociedade” (Negri, 2017, p. 61). Essa reconfiguração biopolítica do poder capitalista é o que Negri (2017) chama de *biocapitalismo* e outros autores, como Virno (2008) e Marazzi (2009), de *pós-fordismo*. Ambos os conceitos tentam descrever um novo modo de produção não apenas material, mas também e sobretudo de subjetividade, um tipo de capitalismo que sai das fábricas, para se espalhar na totalidade da sociedade, para conquistar o campo da subjetividade e colocar para trabalhar aquelas que são consideradas as características humanas comuns a todos: a linguagem, as relações, o intelecto, os afetos (Virno, 2008).

Por isso, com a entrada no pós-fordismo, a produtividade capitalista não é inerente apenas à esfera material (as mercadorias em si), mas também à esfera imaterial, isto é, os conteúdos cognitivos, afetivos, relacionais e ideológicos que a mercadoria carrega consigo e promove. De consequência, compreendemos que o nível de produção do trabalho imaterial é a produção de subjetividade, ou seja, de valores, gostos, desejos, opiniões, enfim, de modos de vida (Lazzarato; Negri, 2001). Ademais, a produção imaterial do trabalho no biocapitalismo, como, por exemplo, a produção audiovisual, o marketing, a produção de conteúdo nas redes sociais, a moda, a produção de *software* e *apps*

dão forma, materializam as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor. [...] A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo) está no fato de que ela não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma seu utilizador (Lazzarato; Negri, 2001, pp. 45-46)

De fato, em termos qualitativos, na passagem do capitalismo industrial ao *biocapitalismo*, há uma mudança também de hegemonia no modelo de produção, do trabalho imaterial sobre o trabalho material. Isso porque “o trabalho imaterial produz acima de tudo uma relação social e somente na presença desta reprodução a sua atividade tem um valor econômico” (Lazzarato; Negri, 2001, p. 46). Por isso que a produção imaterial mostra mais claramente o que a produção material “escondia”, mas que não deixava de produzir, a saber, “que o trabalho não produz somente as mercadorias, mas acima de tudo a relação de capital”, de modo que se esse tipo de

produção é principalmente produção social e reprodução da relação capitalista, “a matéria prima do trabalho imaterial é a subjetividade e o ambiente ideológico no qual esta subjetividade vive e se reproduz” (*Ibidem*).

4. Considerações finais

A travessia teórica que empreendemos — entre o método genealógico foucaultiano e a virada copernicana do operaismo — permitiu-nos compreender que o poder não é o ponto de partida da análise política, mas antes a superfície sempre reativa de uma potência anterior: a resistência. Essa inversão metodológica — que desloca a análise das estruturas do comando para os movimentos que o antecedem e o obrigam a se reformular — é também uma inversão ontológica. Pois, se o poder é relacional, móvel e produtivo, é a resistência que, ao confrontá-lo, o obriga a produzir-se continuamente, revelando, em cada gesto de sujeição, uma gênese de subjetivação.

Como Foucault nos ensinou através de suas descobertas genealógicas, o poder não é algo que se possui, mas algo que circula através de agentes que resistem ou reproduzem as mesmas relações de saber/poder. O operaismo acrescenta: onde há comando, há uma força viva que o precede e o põe em crise. O antagonismo é, portanto, a força constituinte da história; não o acidente que interrompe o curso da ordem, mas o motor que a faz girar (Negri, 2015). É neste sentido que a resistência é produtiva: porque força o poder a inventar novas tecnologias de governo, e força os sujeitos a reinventarem a si mesmos como campo de batalha e criação.

No horizonte do biocapitalismo, essa dinâmica alcança o ápice de sua ambiguidade. As forças vitais que resistem — linguagem, afetos, intelecto, desejo — tornam-se, ao mesmo tempo, matéria-prima e produto do poder. A governamentalidade neoliberal, ao incorporar a vida no interior do cálculo econômico, transforma o antagonismo em combustível, a insubmissão em inovação, e o desejo de liberdade em produtividade. Mas é justamente aí, no interior dessa captura biopolítica, que a resistência reencontra seu espaço imanente: nas fissuras do comando, nas zonas de indeterminação onde o trabalho vivo escapa, onde a subjetividade excede as formas de sua governamentalização.

Assim, o encontro entre Foucault e o operaismo nos permite esboçar uma política do antagonismo como condição de toda produção histórica — uma ontologia do conflito que recusa tanto a transcendência do poder quanto a pureza da resistência. Em ambos, encontramos uma mesma intuição: o político é o campo instável em que as forças se enfrentam, se modulam e se transformam mutuamente.

Em conclusão, pensar o poder a partir da resistência — e o capitalismo a partir do antagonismo — é reencontrar o princípio vital da política: o de que toda forma de governo é uma tentativa, sempre provisória, de conter o excesso criativo da vida. A história das formas de dominação é, nesse sentido, também a história das formas de invenção e reinvenção do governo *sobre* a vida. A contrapelo, avançamos a proposta, não pouco ousada, de realizar o importante e necessário exercício de *pensar no limite*, acoplando a análise teórica à imaginação política, para tentar pensar uma política *da* vida enquanto matéria viva e mutável, que pressupõe, portanto, a construção de uma dinâmica ordenada de conflitos entre forças e desejos contrastantes que favoreça a prosperidade do organismo político, ao qual é continuamente permitido mudar (Esposito, 2013). Um organismo político

desse tipo deve, portanto, constituir *instituições mistas e mutáveis* ou processos constituintes capazes de mediar e canalizar os conflitos e as diferenças, sem neutralizá-las, de modo que “a mistura, em vez de motor da neutralização, é entendida como produção, institucionalmente regulada, de conflito”, visto que somente o conflito “permite aquela troca sem a qual o organismo político se cristaliza na dominação de uma parte sobre a outra” (Esposito, 2013, p. 72).

Referências bibliográficas

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. São Paulo: Iluminuras, 2017.

CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu, 2020.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. *New Neoliberalism and the Other: Biopower, Anthropofagy and Living Money*, Lanham, Boulder, New York, London, Lexington Books, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPOSITO, Roberto. *Pensamento vivo. Origem e atualidade da filosofia italiana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013

FOUCAULT Michel., *Sujeito e poder*, in Apêndice de DREYFUS H., RABINOW P., *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

FOUCAULT, Michel. *La Volontà di Sapere. Storia della Sessualità, vol. 1*, Milano, Feltrinelli, 2016

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GENTILI, Dario. *Italian Theory: Dall'operaismo alla biopolitica*. Bologna: Il Mulino, 2012.

GUZZELLI, Raphael Valerio. Herdeiros de 77: pós-operaísmo e neo-marxismo italiano. Uma história do pensamento político italiano contemporâneo. Projeto de Pesquisa trienal apresentado ao Departamento de Fundamentos Sociofilosóficos da Educação – Centro de Educação – UFPE, 2025/2028.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo das desigualdades. Crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos. EdUFSCar, 2011

MARAZZI, Christian. *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. São Paulo: Iluminuras, 2015.

NEGRI, Antonio. *Biocapitalismo e constituição do comum*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

TOSCANO, Alberto. *Chronicles of insurrection: Tronti, Negri and the subject of antagonism. In The italian difference. Between nihilism and biopolitics*. Organizado por CHIESA, L. e TOSCANO, A., Melbourne, re.press, 2009

TRONTI, Mario. *Il demone della politica. Antologia di scritti (1958-2015)*. Bologna, il Mulino, 2018

VIRNO, Paolo. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2008.